

DISCURSO DO PRESIDENTE
DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES
NO ENCERRAMENTO DOS DEBATES PARLAMENTARES
DAS PROPOSTAS DE PLANO E ORÇAMENTO PARA 2008

29 de Novembro de 2007

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da R.A.A.

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

Cabe-me proceder, mais uma vez, ao encerramento dos debates parlamentares sobre as propostas do Governo de Plano Regional Anual e Orçamento da Região para o ano 2008.

Estas propostas são apresentadas em execução da estratégia e do modelo de desenvolvimento plasmados no Programa do Governo e nas Orientações de Médio Prazo 2005/2008, sancionados por esta Assembleia, e no cumprimento dos compromissos que assumimos perante o povo açoriano nas últimas eleições legislativas regionais em 2004. Trata-se, pois, de documentos que consubstanciam a continuidade de muitas políticas, é certo, mas em que não se descuram as correcções de trajectória e a percepção das mudanças que devem ocorrer ou que têm ocorrido.

Aprovamos estes documentos estratégicos num tempo em que o nosso País ainda não ultrapassou claramente uma prolongada situação de crise económica e financeira, que torna mais difícil e tende a contrair o nosso caminho de crescimento económico e de desenvolvimento social; partimos para um novo ano na sequência de um período conturbado nos mercados financeiros internacionais que fez crescer os juros bancários em pouco mais de um ano em 50%, abalando seriamente o equilíbrio da economia de milhares de famílias açorianas que nos preocupam e às quais devemos estar atentos.

Continuaremos, não obstante, a assegurar nos Açores um percurso ascensional, evitando as piores consequências dessas crises externas e consolidando o saldo positivo que marca a evolução, nos mais variados domínios e nos últimos onze anos, da sociedade açoriana.

Tem sido uma extraordinária mudança, transformando para melhor os Açores. É certo que os processos de crescimento económico não decorreram de forma simultânea, ao mesmo ritmo, com a mesma qualidade ou com os mesmos resultados nas nove ilhas, nem assim poderia acontecer. Nem nas economias de planificação absoluta tal é possível e ainda muito menos o é numa economia de mercado territorialmente fragmentada, com diferentes escalas, aglomerações e potenciais humanos e produtivos. O Governo teve já a oportunidade de anunciar muitas das medidas já em execução, ou a entrarem em vigor, destinadas às ilhas com condições mais fragilizadas e, eu próprio, terei oportunidade de anunciar outras que vamos incrementar. Em todo o caso, as nossas ilhas cresceram, ganharam dinâmicas positivas e tiveram melhorias importantes na qualidade de vida e na acessibilidade a serviços públicos por parte dos seus habitantes.

Vivemos mais seriamente a nossa democracia. Há mais energias. Há mais oxigénio na inovação, na iniciativa e na participação. Há um novo fôlego nos Açores que parece engasgar o maior partido da oposição: centenas de organizações não governamentais e instâncias descentralizadas colaboram com o Governo, de forma protocolada, na concepção e na execução das políticas públicas, seja no desporto, na solidariedade social, na cultura, na juventude, na economia, na gestão de infraestruturas, no sistema educativo ou na formação profissional, e, por via dessas entidades associativas, sociais e profissionais, participam milhares de cidadãos num impressionante movimento democrático gestor em todas as nossas ilhas.

Não quero, todavia, que o Governo se iluda pensando que tudo vai bem e que tudo está ganho: todos devemos ter consciência que em todas as ilhas haverá um ou mais comerciantes, pescadores, agricultores, industriais, investigadores, agentes culturais, funcionários públicos,

jovens e idosos, imigrantes, desempregados ou inadaptados que vivem com grandes vulnerabilidades e que devem despertar a nossa sensibilidade e a nossa atitude.

O pior que podemos fazer é pensar que já mudámos tudo quanto era preciso mudar, quando, na verdade, o simples passar do tempo exige antevisão, antecipação, flexibilidade, capacidade de inovação permanente e uma geração seguinte de políticas.

Vamos estar sempre perto das pessoas e onde as coisas acontecem, para influir e para fazer melhorar. Os governantes não devem hesitar em mudar ou aperfeiçoar decisões que eles próprios tomaram quando estiverem insatisfeitos com os seus resultados, mesmo que as oposições partidárias nos critiquem por isso. Carreando uma conhecida afirmação, de um presidente norte-americano, “não há nada de errado com o Governo que não possa ser curado com o que há de certo no Governo”, pelo que o único perigo que devemos evitar é o de persistir no erro, repousar no imobilismo ou na falta de ambição.

Os debates parlamentares, que estamos agora a finalizar, revelaram, porém, três comportamentos políticos: o maior partido da oposição acabrunhado, pessimista e a “puxar para baixo”; o Partido Popular, em boa verdade, a contrastar com a restante oposição numa postura construtiva; e o Governo, bem como o grupo parlamentar que o apoia, conscientes e enérgicos, a anunciarem novas políticas, a convocarem novas ideias, a “puxarem para cima”. Pudemos, no entanto, ficar com uma certeza: só os que constroem, os que porfiam, os que ambicionam mais e os que trabalham para isso é que ganharão, e com eles ganharão os Açores e lucrarão certamente os Açorianos.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Foi só após a mudança política que começou há onze anos, que passámos a contar, de uma forma activa, com a iniciativa privada, a qual, aflita e descrente, se descapitalizava ou se refugiava na poupança, para já não falar da ausência no arquipélago de investidores externos que não acreditavam no futuro da Região. Tivemos que encarar de frente esse problema. Desde então, e após o colapso financeiro de 1995 – sim, é bom lembrar, no seguimento dos governos onde o actual e antigo Presidente do PSD esteve milhares de dias e a sua Vice-Presidente foi a última e desastrosa Secretária das Finanças – desde essa altura, dizia, o número de empresas privadas nos Açores subiu à razão de mais de duzentas por ano.

É fundamental, pois, prosseguir, com todo o cuidado, a consolidação do clima de confiança que conseguimos criar e que tem permitido mobilizar os capitais dos nossos investidores açorianos. Quero que ajudemos mais algumas empresas, sobretudo em certos sectores e em áreas tradicionais, a superarem dificuldades e a reformularem a sua organização e os seus negócios. É preciso revigorar o nosso empenhamento na mobilização de capitais externos para a sua aplicação na Região e flexibilizar, de forma sugestiva e transparente, os incentivos a disponibilizar para esses efeitos.

Os Açores, mercê da credibilidade da política económica e financeira do seu actual governo e da seriedade com que é executada, revelam-se como um espaço crescentemente atractivo para novas apostas empresariais e para novos investidores. Posso anunciar que existem, neste momento, projectos e, em muitos casos, investimentos confirmados em análise, que se propõem realizar entre 2008 e 2012, de mais de mil e duzentos milhões de Euros, distribuídos por áreas como a agro-indústria e a indústria de pescado, o turismo, o tratamento e valorização de resíduos, a prestação de serviços de saúde e de serviços sociais especializados, as tecnologias de informação, a educação e a energia.

Serão, assim o esperamos, milhares de empregos novos, que gerarão rendimento e fixarão população nas nossas ilhas. Esta, sim, é a “revolução surda” que se começa a ouvir e a sentir na Região.

Todo esse ambiente, que importa consolidar à volta do potencial da Região, está, repito, muito ligado às expectativas de solidez das nossas finanças públicas. Todos sabemos que só com finanças públicas equilibradas os investidores confiam e só com meios financeiros poderemos exercer ou aumentar muitas das nossas competências, ampliando e fortalecendo a nossa Autonomia.

Na verdade, algumas competências, que se afiguram cada vez mais necessárias para o universo de acção do poder regional, não têm sido transferidas para os Açores, como desejávamos, por falta de decisão ou por oposição da administração central e do Governo da República. Esperamos, apesar disso, com a revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região, avançar em áreas como, por exemplo, na do domínio público marítimo. Noutro aspecto, com a reformulação próxima da legislação de segurança interna, gostaríamos de assumir poderes de coordenação e articulação de forças policiais e contribuir mais activamente para a salvaguarda da tranquilidade e segurança que queremos que sejam tipificadoras das terras açorianas. Em ambos os casos, todavia, sabemos que encontraremos dificuldades de compreensão para fazer valer as nossas pretensões.

Posso, no entanto, anunciar a assumpção pela Região, após negociações bem sucedidas com o Governo da República, de novas atribuições: é o caso das relativas à transferência do Serviço de Cadastro do Instituto Geográfico Português para a Região, esperando-se uma melhoria das respostas da administração, agilizando, neste caso concreto, por exemplo, os processos de reclamações administrativas que, só neste ano, representam mais de 1700 casos a aguardarem resolução sem resposta naquele instituto.

Mas outra delegação de competências – profundamente ansiada nos Açores pelos nossos agricultores, pelos nossos pescadores e pelos armadores da pesca – é a que irá acontecer nos casos do ex-IFADAP e INGA, fundidos recentemente no IFAP, que ficou como único organismo pagador das ajudas comunitárias, as quais sempre aqui chegaram com enormes demoras que

prejudicaram e prejudicam frequentemente os seus beneficiários. Mercê do acordo já conseguido com o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, é com satisfação que posso dizer que vamos acabar com essas delongas e a Região, dentro de pouco tempo, passará, pela primeira vez, a poder estabelecer as regras de concessão dos apoios, recolher as candidaturas, proceder à sua análise formal e de mérito, aprovar e contratar projectos, fazer a validação das despesas e fazer os seus pagamentos.

Nestes sectores da agricultura e das pescas, em que temos revelado especial aptidão, também teremos novidades em 2008 e, assim o espero, nos anos imediatamente seguintes, salientando, no caso das pescas, para além dos já hoje tornados públicos, os projectos que temos em preparação na fileira da comercialização do pescado e na aquicultura sustentável.

Mas não posso deixar, nesta ocasião, de realçar a melhoria que temos vindo a sentir na nossa agricultura, bem como referir outras medidas e acções que não são ainda do conhecimento público. A agricultura é outra área onde valia mais a pena o PSD não falar, tal foi a mudança operada na caracterização dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos envolvidos.

Assistimos, nesta última década, a um importante movimento de modernização da estrutura fundiária, com o aumento da área média por exploração em 40% e com um crescimento do índice de mecanização em 50,9%, com uma importante alteração na formação técnica dos agricultores e das suas organizações, com uma forte infraestruturização e com outro olhar em relação às produções, destacando-se a regeneração de produções hortícolas, frutícolas e florícolas (que, pela primeira vez, passam a receber apoios) e o relançamento de produções tradicionais como a beterraba, o vinho e o mel.

No âmbito da reestruturação fundiária o Governo está a preparar um novo quadro de incentivos financeiros aos produtores agrícolas que queiram apresentar projectos de redimensionamento ou emparcelamento das suas explorações; já em matéria de ordenamento agrário a prioridade será o alargamento dos perímetros de ordenamento agrário (o primeiro dos quais será já na zona de

planalto central em S. Miguel, entre o Perímetro de Vila Franca e o de Maia/Fenais de Ajuda) e, assim, da intensidade de certas ajudas ao investimento; finalmente, adoptaremos outra medida inovadora respeitante à informação ao agricultor com a instalação do projecto “Rede Meteorológica Automática” que ajudará significativamente a gestão produtiva.

Posso também adiantar dois outros apoios que vamos pôr em prática, os quais, centrados embora na política de transportes, terão o efeito de facilitar e animar o mercado regional com origem produtiva no sector primário: o apoio em 90% do custo de transporte de uma lista de produtos de origem regional das chamadas “ilhas da coesão” para as outras ilhas e o apoio em 75% no custo do transporte de flores, plantas ornamentais e de alguns frutos para o exterior.

Sabemos, é claro, do impacte dos sistemas de transportes na sustentabilidade económica da Região e na mobilidade social.

Tenho a certeza que a introdução, feita pelo meu governo, do transporte marítimo de passageiros entre todas as ilhas, apesar dos percalços e falhas de gestão que vamos corrigir, representa um saldo positivo para as nossas ilhas. Mas é no plano dos transportes aéreos que se localiza uma significativa parte instrumental do nosso desenvolvimento, sobretudo com efeitos no turismo que está a crescer, pelo que, a par das tarifas promocionais entre ilhas que se implementarão em consequência das recomendações que aceitámos do Partido Popular, vamos, muito em breve, colocar em vigor outras tarifas vocacionadas para as nossas comunidades que viajam dos Estados Unidos da América e do Canadá para a nossa Região, e que também incluirão, para os passageiros originários desses destinos, um desconto de 50% no excesso de bagagem nas ligações internas regionais. No mesmo sentido, ao nível do transporte aéreo, arrancaremos em 2008 com um programa turístico regional para idosos, aos quais, por apenas 25 Euros, serão disponibilizados mil pacotes turísticos de uma semana durante todo o ano incluindo o alojamento em hotéis e a alimentação.

Senhoras e Senhores Deputados

Para a operacionalização de muitas das políticas que acabo de mencionar é imprescindível a boa colaboração e o melhor desempenho do sector público empresarial. Salientámos, nestes debates parlamentares, as melhorias do seu desempenho e a sua consolidação financeira.

Composto por três grupos empresariais, por oito empresas de capitais exclusivamente públicos, três hospitais-empresa e uma participada na área dos transportes marítimos – em número menor, pois, que as 33 empresas e sociedades tuteladas pelas autarquias locais açorianas, sendo que publicamente já se aludiu à criação pelas câmaras municipais de mais seis – o sector público empresarial tutelado pelo Governo continuará a ser reestruturado, numa constante adequação às condições objectivas das áreas em que é interveniente.

Quero reiterar, entre outros aspectos e no âmbito dessa reestruturação global, a preparação que faremos com vista a uma diversificação estratégica do capital social do Grupo SATA, a iniciar na próxima legislatura, reforçando a sua competitividade e sem prejuízo da prestação necessária do seu serviço público; posso, igualmente, referir a progressiva abertura à participação de privados na gestão das infraestruturas portuárias, na rede regional de abate e nas lotas açorianas, seguindo o princípio de que o serviço público pode, em certas circunstâncias, ser prestado por outro que não o sector público; a SPRHI, SA será transformada num outro tipo de sociedade, aberta às parcerias público-privadas, garantindo-se maior flexibilidade de gestão do património de habitação social e de resposta mais rápida a muitas fragilidades que ainda persistem no parque habitacional açoriano. Saliento, por fim, no seguimento dessas novas políticas, a criação de uma sociedade gestora de participações sociais, visando assegurar uma valorização, avaliação e gestão permanentes e integrada de todos os activos da Região e o aumento da rentabilidade do património empresarial público regional. Tudo isso será cuidadosamente planeado e preparado em 2008 para poder ser empreendido com sucesso nos anos seguintes.

Quero, igualmente, que a administração do nosso património público seja cada vez mais activa e inteligente e não imobilista e geradora de pesos acumulados pela inércia e falta de inovação. É desse modo que, no que se refere à rentabilização do património imobiliário público, vamos proceder, no próximo ano, à avaliação, devidamente certificada pela CMVM, de todo o património predial da Região, de forma a potenciar a criação de um fundo de investimento imobiliário que agregue, valorize e suscite uma gestão mais eficaz dos custos e das receitas e uma maior coerência do património a deter ou a afectar a outras utilizações ou utilizadores.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Quero, nesta intervenção final, realçar, ainda que com brevidade, outro tema de actualidade: a questão do emprego e a problemática do rendimento das famílias.

Reduzimos o desemprego, entre 1997 e 2007, para metade; temos a mais baixa taxa de desemprego de todas as regiões do País; a população empregada cresce à média de cerca de mil e oitocentas pessoas ao ano, chegando já a 108 mil; o rendimento das famílias, que era o mais baixo do País quando entrei para o Governo, é agora superior ao das Regiões do Norte, Centro e do Alentejo.

Reafirmo, neste último ano de Legislatura, a prioridade do Governo dos Açores na criação de empregos e comungo da percepção que é necessário muitas empresas fazerem um esforço um pouco maior para contribuírem para o aumento do nível médio das remunerações dos trabalhadores. Nestes dias, os sindicatos e a indústria hoteleira e da restauração deram um importante sinal ao acordarem em aumentos salariais de 5,5%. Apesar da massa salarial paga pelas empresas privadas ter duplicado na última década e do salário mínimo ter aumentado no

mesmo período em 50%, ou seja de 282 Euros para 423, quero que o Governo contribua mais activamente para essa melhoria dos salários, que é relevante para muitas famílias.

Transmito, assim, como nova orientação política, atingir, pelo menos em Janeiro de 2010, um valor de 500 Euros para o salário mínimo, que, nesse ano, será auferido por cerca de 8%, no máximo 10%, dos trabalhadores açorianos, influenciando, de um modo geral, as práticas remuneratórias noutros escalões. De outra forma, através de contratos a celebrar com as empresas para a formação dos seus activos e com um reforço efectivo da vigilância no cumprimento de legislação laboral em todo o território regional iremos, certamente, contribuir para elevar a média salarial. Nessa mesma perspectiva da melhoria dos rendimentos, dei também orientações para, em diploma próprio a aprovar ainda em 2008, procedermos a reduções das taxas do IRS com impacto nos escalões de rendimentos mais baixos, o que será possível fazer, segundo os estudos que já efectuámos, sem afectar a nossa estrutura de financiamento orçamental.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Sabemos como é importante assegurar que as políticas dirigidas ao crescimento, diversificação e qualificação económicas sejam expurgadas de efeitos secundários perniciosos e que decorram num quadro estabelecido de sustentabilidade social e ambiental.

É nesse campo que o Governo tem vindo a promover a melhoria e o alargamento da Rede Regional de Equipamentos Sociais, que é actualmente composta por 639 valências e gerida por 223 instituições, lançando agora um desafio à iniciativa privada para investir e usar os incentivos atractivos que lhes reservamos para o efeito. É igualmente nesse contexto que a Rede Regional de Cuidados Continuados, cuja legislação enquadradora será aprovada muito em breve, se assumirá como um conjunto integrado de iniciativas de cuidados de saúde e de apoio social, melhorando o

acesso das pessoas com perda de funcionalidades a cuidados técnica e humanamente necessários e constituindo mais um precioso apoio às famílias com idosos nessas condições.

A minha percepção pessoal, ainda no âmbito dos efeitos colaterais da abertura que temos vindo a viver nos Açores, é a do alastramento de alguns fenómenos como são os casos das dependências junto da população juvenil. Ora, se há aspecto em que mais devemos alicerçar a nossa sustentabilidade social é, exactamente, o relativo aos jovens, mas sinto que continuamos a ter sérias dificuldades em lidar com êxito com problemáticas contemporâneas de grande incidência como a toxicodependência. Conheço a aflição de muitos pais e de muitos jovens e reconheço que, à semelhança do que parece infelizmente acontecer também em muitos lugares, não iniciámos ainda um caminho de regressão nesses fenómenos de consumo.

O Governo continua aberto a sugestões que acrescentem eficácia à sua luta, não me parecendo que a questão se confine a detalhes orçamentais, e deseja uma mobilização mais espontânea das autarquias, da sociedade e das suas organizações não governamentais.

Estamos a ultimar a adaptação de um programa específico, cuja aplicação temos acompanhado em Espanha – o Programa TU DECIDES – que se destina às faixas etárias dos 12/13 anos e 16/17 anos, consideradas especialmente sensíveis na iniciação e experiências de consumo. Entendo, porém, que devemos impor a cada uma das escolas a adopção de programas próprios, ligados aos respectivos meios sociais geograficamente envolventes, de prevenção e de acompanhamento dos seus jovens, reforçando-se, quando indispensável, o pessoal adequado a essa finalidade. Finalmente, determinei o início de procedimentos para formarmos nos Açores um Centro de Apoio às Famílias na área das toxicodependências que, no futuro, deverá integrar-se numa área institucional superestrutural do Governo por forma a garantir eficácia na convocação de esforços em simultâneo dos diversos departamentos governamentais.

Para os jovens têm mesmo de ser dirigidas mais novas políticas. Quero que sejam reforçados os mecanismos de apoio aos jovens nas ilhas onde há maior dificuldade na sua integração e fixação,

ou necessidade do seu contributo rejuvenescedor, inovador e qualificador. Determinei já, nesse sentido, o aumento de duração do Programa Estagiar para licenciados – nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Faial, Pico, Flores e Corvo – dos actuais seis meses para dois anos, e o acesso a esse programa por um número de jovens até ao triplo do actual, privilegiando mais intensivamente a sua afectação ao sector empresarial privado e integrando nos Planos de Estágio maiores cuidados quanto aos conteúdos funcionais da sua prestação laboral e a frequência de cursos de empreendedorismo. Tenho a certeza que muitos jovens optarão pelo regresso imediato, com essa prolongada garantia de emprego, após a conclusão da licenciatura, a essas suas ilhas de residência, e que muitas centenas de famílias receberão com grande satisfação mais este esforço do Governo Regional.

Ainda na perspectiva da sustentabilidade social permitam-me que fale do nosso Serviço Regional de Saúde, tendencialmente gratuito. Tudo faremos para que assim continue, defendendo o Estado Social, afirmando-o como um suporte de tranquilidade das pessoas e melhorando a prestação generalizada dos seus serviços.

Desde Outubro passado, em função de um programa apoiado em 4,3 ME pelo Governo Regional, foi iniciado em articulação com a administração e a direcção clínica do Hospital Divino Espírito Santo um processo de diminuição das listas de espera, abrangendo a cirurgia vascular, a neurocirurgia, a ortopedia, a urologia, a otorrinolaringologia e a cirurgia plástica. Com a adopção desse programa, realizar-se-ão até Dezembro do próximo ano mais de 6500 cirurgias.

Prosseguindo essa dinâmica de facilitação dos acessos ao serviço regional de saúde tenho, também hoje, a oportunidade de anunciar que o Governo irá celebrar uma convenção com o Hospital da Horta, para resolver, até ao fim do primeiro semestre de 2008, a totalidade da lista de espera em imagiologia, permitindo efectuar 300 TAC's, 800 ecografias e 800 mamografias.

No que toca à sustentabilidade ambiental, as tarefas são muitas. Quando chegámos ao governo, há onze anos, em matéria ambiental, vivíamos uma espécie de situação de “nada de políticas”, mas

quero dizer agora que também não adoptámos as “políticas do nada”, que são uma espécie de ecologia do retrocesso. Temos, pois, procurado agir neste sector com apuro precaucionário, com grande eficiência mas com bom senso e já com muitos bons resultados.

São muitas as novas medidas que estamos a preparar para 2008 e para os anos seguintes. Posso anunciar, por exemplo, na área do ordenamento do território e da segurança das pessoas, a instalação do “sistema de alerta de cheias”. Posso referir, também, que a monitorização feita por várias instituições científicas mostra, felizmente, uma clara melhoria das massas de água das Sete Cidades em consequência das medidas já tomadas. Quero, porém, que o façamos, com igual impacte, em outras lagoas das nossas ilhas, elaborando e ou aplicando sem hesitações os respectivos planos de ordenamento e as necessárias medidas curativas. No caso da Lagoa das Furnas anuncio, hoje, que vamos iniciar em Janeiro próximo, nos terrenos entretanto adquiridos, um projecto de florestação com a plantação de sessenta mil exemplares.

Mas não ignoramos aspectos em que nos atrasámos e nos quais estamos, agora, a andar mais depressa na sua resolução: já definimos, por isso, ser importante apresentar, até ao final de 2008, todos os projectos de execução para as estruturas previstas para as chamadas “ilhas da coesão” no Plano Estratégico de Resíduos Sólidos e concluir a construção dos equipamentos previstos para o Corvo, S. Jorge e S. Maria até ao final de 2010.

Igualmente no sector ambiental, e na sequência da atribuição do galardão atribuído pela UNESCO às ilhas do Corvo e da Graciosa, o Governo vai preparar uma proposta de classificação da ilha das Flores como Reserva da Biosfera, intensificando, desse modo, a nossa referenciação internacional como região e destino de superior qualidade ambiental.

Provamos, assim, como entendemos o desenvolvimento em que estamos empenhados, encarando-o como um todo, ajudado por uma interacção de políticas na senda da sustentabilidade dos objectivos traçados. Não idolatramos o betão nem o negamos: fazemos o que nos parece preciso e prioritário fazer.

Veja-se, pois, o caso da educação: não precisávamos de construir escolas para melhorar o sistema educativo? Ainda bem que o fizemos, porque os progressos conseguidos testemunham a inevitabilidade do caminho seguido.

Está bem à vista de todos o trabalho que fizemos e que estamos a fazer na construção do parque escolar. Noutros aspectos, para aferirmos do caminho percorrido, basta lembrar o insucesso escolar no ensino básico: há 10 anos era de 22% no 1º ciclo e agora é de 3%; era de 19,7% no 2º ciclo e agora é de 9%; era de 20,7 no 3º ciclo e agora é de 12%. Outro exemplo: havia, apenas, 1500 professores profissionalizados e agora são praticamente todos os cerca de 4950 docentes ao serviço das escolas da Região. Outro exemplo mais: há 10 anos tínhamos só 577 alunos no ensino profissional e agora temos mais de 4100 jovens.

Sei, porém, que há necessidade de melhorar e corrigir aspectos ou tendências menos positivas no sector da educação. Foram referidas algumas medidas nestes debates, mas quero anunciar outras.

Uma delas será a concessão de um apoio complementar aos jovens açorianos que frequentem o ensino superior e cursos profissionais pós-secundários do nível 4, sob a forma de pagamentos em 25 a 100% de juros, conforme escalões da acção social escolar, de empréstimos especiais, com período de carência e prestações iniciais reduzidas, contraídos ao abrigo do regime de garantia mútua disponibilizado pela Banca para esse fim. Acresce ainda que os beneficiários destes empréstimos, independentemente da ilha de origem, que se fixem e trabalhem após o termo do curso nas ilhas de S. Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo, terão a amortização do empréstimo assumido pelo Governo Regional.

Mais uma medida será a de, no próximo ano, definir a criação de um sistema de bolsas, no âmbito do departamento governamental com competência em matéria europeia e de cooperação externa, dirigido à frequência por parte de jovens licenciados açorianos de estágios nas instituições comunitárias, privilegiando o contacto com o seu funcionamento e as suas dinâmicas de decisão.

Outra medida, a outro nível, será a de, no decurso do presente ano lectivo, ficarem estabelecidos os enquadramentos e a matriz curricular com vista à generalização dos currículos regionais no ensino básico: isso deverá implicar, em termos da sua operacionalização, já os termos incrementados no ano 2009/2010 no 1º, 5º e 7º anos de escolaridade, incluindo já todos os anos em 2012/2013.

Estas três últimas medidas, na área da Educação, servem dois objectivos que o Governo volta a salientar: aumentar o número de jovens com escolaridade superior e inserção europeia e aproximar o nosso ensino das nossas realidades reforçando em geral a identidade açoriana.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Senhoras e Senhores Deputados

Estas mais de três dezenas de medidas que anunciei revelam o sentido metodológico da nossa governação: procurar actualizar soluções, introduzir novas abordagens e dar sempre uma resposta pronta aos novos desafios. Vejo que o principal partido de oposição, com apenas pouco mais de 33 anos de idade, está preso ao passado e não compreende este sentido de mudança permanente, confundindo inovação com arrependimento e novas políticas com penitências.

Sabemos o caminho que queremos prosseguir na concretização do nosso modelo de desenvolvimento: um modelo de desenvolvimento fundado no correcto aproveitamento dos nossos recursos, na modernização e na diversificação; no aumento da produtividade e da capacidade da economia gerar mais e melhores empregos e rendimentos; na generalização dos paradigmas da sustentabilidade e da qualidade; na potenciação das nossas vantagens comparativas como região atlântica; na valorização das pessoas e na responsabilização dos cidadãos e das empresas; e visando, sempre, o aprofundamento e o fortalecimento da Autonomia Política dos Açores.

Verificámos que estamos no caminho certo, mas também é certo que a humildade deverá ser sempre a nossa companheira, inculcando-nos a consideração permanente de outras opiniões e a coragem e a lucidez necessárias para reconhecer e emendar os erros.

Aos Açorianos, inclusive àqueles que vivem noutros lugares do Mundo, quero garantir que cada dia que passa é mais um dia em que trabalhamos para uns Açores mais prósperos, mais justos e com mais oportunidades para todos e com especial preocupação com os nossos jovens.

Vamos então continuar, porque estamos a conseguir!

Viva os Açores!

Muito obrigado.

**O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL
CARLOS CÉSAR**